

25 DE ABRIL, TRANSIÇÃO POLÍTICA E CRISE ECONÓMICA: QUE DESAFIOS DEZ ANOS DEPOIS?

O 25 de Abril foi em 1974. Esta é uma evidência cujo conteúdo nem sempre é devidamente valorizado e que, no entanto, ilustra de forma exemplar o alcance estratégico que a articulação entre transição política e crise económica assume na experiência portuguesa recente.

Com efeito, 1974 representa um momento explícito de viragem à escala mundial onde, se as rupturas económicas são mais visíveis, as transformações de origem política, militar, cultural e social não deixam de ser significativas, contribuindo para o desenvolvimento de uma crise estrutural, duradoura e multifacetada.

Situar o 25 de Abril no contexto mais geral destas transformações constitui, assim, um passo necessário para a valorização da especificidade da crise portuguesa e, dentro desta, para a valorização do condicionamento mútuo entre transição política e crise económica.

Os anos 70 são marcados, no terreno económico, pela articulação e desenvolvimento de quatro rupturas que moldam as características centrais de uma crise de alcance mundial que, persistindo bem dentro dos anos 80, relativizou já o significado (e os próprios resultados) da experiência de crescimento económico rápido e regular do pós-guerra (é útil não esquecer que o «modelo 45-70» chegou a produzir, junto de alguns dos mais respeitáveis economistas da ortodoxia dominante, a ilusão do fim das crises e do controlo eficaz dos ciclos de actividade).

Em primeiro lugar encontramos a ruptura energética que, para além dos efeitos directos dos chamados primeiro e segundo choques petrolíferos (traduzidos numa subida de preço das ramas, em dólares, de cerca de quatro vezes em 1973-74 e de cerca de duas vezes e meia em 1979-80) sobre os termos de troca e o ritmo de inflação das economias importadoras, conduziu a uma substancial

alteração de normas de produção e de consumo criadas num contexto de energia abundante e barata.

Em segundo lugar encontramos a ruptura monetária e financeira (também ela desdobrada em dois momentos principais, primeiro com a desagregação do sistema monetário internacional saído de Breton-Woods — latente desde 1967 e consumada com as decisões de 1971 da administração Nixon — e, depois, com a subida acentuada das taxas de juro e a sobrevalorização do dólar — reflectindo um adensamento autónomo das relações financeiras internacionais, viabilizado pela reciclagem dos excedentes acumulados pelos exportadores de petróleo — que desde 1979-80 penalizam fortemente os devedores numa economia de crédito internacional cada vez mais generalizado), que tem conduzido quer a um endurecimento das restrições de desenvolvimento económico nas regiões e países mais carenciados, quer a um alargamento das formas de competição entre as economias capitalistas dominantes (EUA-JAPÃO-CEE) que aumentam uma progressiva desarticulação entre sistemas produtivos e sistemas financeiros.

Em terceiro lugar encontramos a ruptura do tipo de crescimento industrial prevalecente (exploração «pesada» e «poluente» das cadeias produtivas química e metálica em interacção com uma rápida e concentrada urbanização — geradora de novas necessidades, como na articulação habitação-equipamento doméstico-meio individual de transporte, ou novas formas de satisfação de necessidades, como na industrialização da cadeia agro-alimentar) e das formas de organização do trabalho e de relacionamento com o meio ambiente que lhe estavam associadas (neste domínio, a ruptura surge como custo da irresponsabilidade ecológica do crescimento).

O crescimento industrial conhece, assim, uma desaceleração drástica e generalizada (primeiro e mais intensamente, nas economias capitalistas desenvolvidas, depois nas economias do leste e nas economias periféricas e subdesenvolvidas¹ configurando a difusão à escala mundial de um progressivo

¹ Enquanto as economias capitalistas desenvolvidas registam os primeiros sinais de enfraquecimento do seu ritmo de crescimento industrial na transição dos anos 60 para os anos 70 (passando o seu ritmo anual tendencial de 6,6% em 1960, para 5,0% em 1967-71, e 2,0% em 1972-81), as economias periféricas registam, nesse momento, uma aceleração só travada depois do primeiro choque petrolífero (passando o seu ritmo anual tendencial de 6,3%, em 1960-66, para 7,3% em 1967-74, e 5,7% em 1975-81) e as economias do leste conhecem uma desaceleração igualmente tardia mas mais profunda (passando o seu ritmo anual tendencial de 8,9%, em 1960-74, para 6,6%, em 1975-77, e para 4,7%, em 1978-81). (Fonte: CEPIL).

esgotamento do «fordismo»² enquanto motor do crescimento económico. A ruptura do crescimento industrial corresponde, deste modo, a uma crise do emprego e da produtividade nas economias dominantes, crise que encontra as suas raízes quer na quebra do dinamismo induzido pela consolidação das normas de consumo (a procura de bens de consumo duradouros tende a desacelerar à medida que crescem as taxas de equipamento das famílias), quer nos limites de difusão do modelo «fordista» a todo o sistema produtivo, quer na impossibilidade do seu alargamento a áreas-chave da reprodução da força de trabalho como a saúde e a educação.

Em quarto lugar encontramos a ruptura da estabilidade das formas e relações de dependência, dominação e interdependência que moldaram o crescimento económico mundial no pós-guerra (a exigência de uma «nova ordem económica internacional» consagrada, precisamente em 1974, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, exprime-a com clareza). Esta ruptura, que se configura como um lento esgotamento da «velha ordem» (resistindo ao surgimento de realidades novas de alcance parcial), exprime-se, no essencial, quer pelo carácter mais débil e contraditório da hegemonia norte-americana (enfraquecimento relativo da sua base económica nacional, redução do fosso tecnológico por parte do Japão e das economias mais dinâmicas da CEE), quer pela heterogeneidade crescente da periferia (onde se articulam situações de «semi-industrialização» com situações de marginalização e empobrecimento), quer pelos entraves colocados pela instabilidade financeira (e, sobretudo, pelos seus reflexos nas balanças de pagamentos) às formas de integração das economias de leste e das economias periféricas mais dinâmicas na divisão internacional do trabalho, quer, finalmente, pela perda de autonomia e coerência das políticas económicas nacionais face à transnacionalização produtiva, comercial e financeira.

Este quadro de viragem à escala mundial está, assim, presente nos contornos do 25 de Abril (nomeadamente na articulação entre a crise do último império colonial e a crise de um fascismo semi-periférico e na progressiva incapacidade de

² «Fordismo» entendido, aqui, como a articulação solidária entre a organização do trabalho industrial (desenvolvimento do «taylorismo» num quadro de acumulação intensiva do capital, transformando o sistema automático de máquinas no principal depositário do saber acumulado nos processos de trabalho) e o modelo de consumo (consumo de massa, estruturado pelos bens de consumo duradouros associados ao urbanismo concentrado) que, gerada nas economias capitalistas dominantes na fase de crescimento do pós-guerra, se difundiu de forma limitada, desigual e desequilibrada no seio de uma economia mundial crescentemente organizada através da afirmação das realidades (empresas, estruturas, comportamentos) transacionais.

compatibilização entre os interesses «africanos» e «europeus» que atravessou a fase final do regime deposto em 1974) que no entanto, e enquanto ruptura portuguesa, apresenta a especificidade de abrir um processo muito profundo de mudanças. Com efeito, quer os objectivos centrais do programa do Movimento das Forças Armadas (os três «D» da descolonização, da democratização e do desenvolvimento), quer a rápida interpenetração do golpe militar com um processo de significativas movimentações populares, sociais e culturais, revelam como, no caso português, a década de 70 ficou marcada, não por uma simples viragem, mas por uma transição muito mais ampla e aberta.

Descolonização e fim da guerra colonial, democratização e acesso às liberdades fundamentais e desenvolvimento económico, satisfação das necessidades básicas e acesso a modelos de consumo mais modernos constituem em 1974 aspirações generalizadas no seio da sociedade portuguesa que, no entanto, se exprimem de forma muito dispersa e contraditória, já que resultam mais da desagregação do próprio regime do que da afirmação de um novo projecto de sociedade e de um novo bloco social de poder suficientemente definidos.

Esta característica central do 25 de Abril (marco histórico de mudança política, económica e social, enquadrado por um momento de viragem à escala mundial, mas não apoiado num projecto nacional suficientemente definido e consolidado) determinou todo o desenvolvimento posterior do processo de transição que suscitou (proliferação e confronto entre as várias «leituras» do 25 de Abril, sobreposição do «tacticismo» sobre a visão estratégica e progressivo exercício do poder político através de medidas pontuais, pressionadas pelos acontecimentos e motivadas, essencialmente, por uma lógica de conservação e/ou ocupação do poder).

O fosso existente entre as potencialidades (e as exigências) de transformação da sociedade portuguesa e as capacidades internas disponíveis (dos diferentes agentes, das diferentes organizações e das diferentes classes e grupos sociais), que se veio a constituir, ao longo dos anos, num dos principais instrumentos de limitação do alcance da transição aberta pelo 25 de Abril, é particularmente identificável no terreno das realidades económicas: dez anos depois, o desenvolvimento económico português continua à espera de uma perspectiva estratégica e de uma realidade prática capazes de responderem quer aos anseios

internos, quer aos desafios colocados pelas mutações que atravessam a própria economia mundial.

A articulação entre transição política e crise económica constitui, assim, uma forma privilegiada de análise do sentido do 25 de Abril, das suas realizações, dos seus fracassos irreversíveis e das suas potencialidades ainda vivas. Articulação que nos parece tanto mais importante quanto é facto que se, nos anos 70, a transição política moldou o desenvolvimento da crise económica, nos anos 80, a persistência e agravamento da crise económica tende a moldar (restringindo o leque das opções e questionando o próprio sentido de algumas realizações) a progressiva estabilização e consolidação das transformações políticas e sociais viabilizadas pelo 25 de Abril.

Neste quadro a valorização e construção de um projecto nacional de desenvolvimento económico surge como algo de absolutamente necessário quer para uma capacidade de resposta, coerente e consistente, aos problemas e desafios colocados pela crise económica, quer para uma possibilidade de aprofundamento das realidades positivas obtidas nos domínios da descolonização (onde hoje se joga a oportunidade de um estilo próprio de cooperação com objectivos, interesses e vantagens mútuas) e da democratização (onde hoje se jogam as oportunidades da descentralização e da participação na construção de um conteúdo real para uma vida democrática que nunca o será se ficar reduzida aos aspectos meramente formais).

Uma nova articulação dos três «D» do programa do M.F.A. (naquilo que tinham de estratégico e que perdurou apesar das transformações do contexto mundial e nacional) que atribua um papel estratégico ao desenvolvimento enquanto factor endógeno de defesa e consolidação de uma trajectória própria de progresso social e político³ constitui, deste modo, talvez, uma pista fecunda de trabalho intelectual e de intervenção prática para todos aqueles que, solidários com o 25 de Abril, se preocupam mais com os desafios dinâmicos do «26 de Abril», do que com o repisar estático das sequelas e malefícios do «24 de Abril».

Esta perspectiva exige, em nosso entender, uma leitura rigorosa dos «dez anos de transformações» e das encruzilhadas que geraram. É, assim, como um

³ Num momento em que vão ganhando peso as perspectivas que tendem subestimar as capacidades internas em favor das «ajudas» externas, de que é exemplo paradigmático a defesa da adesão de Portugal à CEE enquanto instrumento fundamental de consolidação da democracia portuguesa.

contributo para essa leitura, no terreno das realidades económicas, que esta comunicação deve ser encarada.

I — UMA ARTICULAÇÃO ESPECÍFICA ENTRE TRANSIÇÃO POLÍTICA E CRISE ECONÓMICA

Podemos constatar que as leituras mais correntes da situação económica portuguesa, sobretudo quando de alguma forma se trata de proceder a um qualquer balanço das transformações produzidas pelo 25 de Abril, se caracterizam por uma grande superficialidade.

Em primeiro lugar encontramos o privilégio conferido à discussão de meios (e dentro destes aos institucionais ou jurídicos sobre os tecnológicos ou produtivos ou aos que relevam da propriedade sobre os que relevam da gestão) como se a sua utilização tivesse, necessariamente, sempre a mesma natureza e produzisse, também necessariamente, sempre os mesmos resultados. Estas leituras assumem um carácter determinista (seja na sua versão liberal, seja na sua versão estatizante), isto é, tendem a negar a margem de diversidade e criação social existente em qualquer processo histórico e, por isso mesmo, conduzem a polémicas sem grande relevância prática, apesar do seu «radicalismo» ideológico. É neste contexto que situamos a problemática das «conquistas do 25 de Abril» atingidas pelo «processo de recuperação capitalista» ou, num quadrante político oposto, a problemática da permanente exigência de uma «revisão da parte económica da Constituição», isto é, a tendência para uma oposição geral e abstracta entre vícios ou virtudes (consoante o quadrante ideológico) do sector público e do sector privado (poucas vezes considerados na sua diversidade e realidade concretas).

Em segundo lugar encontramos as tentativas de reduzir as opções de política económica à oposição entre «estabilização» e «crescimento». Com efeito é vulgar encontrar quer os defensores do «restabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos» a todo o custo (como se o equilíbrio fosse uma tendência permanente, confundível com a redução da amplitude dos défices externo e público e, sobretudo, neutra do ponto de vista social ou do ponto de vista das estruturas económicas, dos sectores e das regiões), quer os defensores de uma via «desenvolvimentista» ou de «crescimento» (como se o controlo do défice externo

fosse, não uma necessidade objectiva, mas tão só um álibi forjado pelo Fundo Monetário Internacional e, sobretudo, como se o crescimento não fosse, em época de crise estrutural, uma questão essencialmente qualitativa, isto é, algo necessariamente tratado em termos do seu conteúdo humano, tecnológico e ecológico).

Não se trata, aqui, de passar ao lado de uma crítica, necessária, das orientações da política económica portuguesa no passado recente, nem da identificação das responsabilidades específicas dos dois acordos negociados com o F.M.I. no reforço de uma opção estritamente conjunturalista e largamente contraditória com o sentido das transformações económicas pós-25 de Abril (nomeadamente com a valorização da força de trabalho) e com o quadro de prioridades traçado pela Constituição. Trata-se, ao contrário, de procurar situar o terreno metodológico para uma leitura alternativa das realidades actuais da economia portuguesa, leitura também ela necessária para um debate mais rigoroso e produtivo acerca dos desafios reais que a transição política e a crise económica colocam, dez anos depois do 25 de Abril, à sociedade portuguesa.

Os grandes vectores estruturadores dessa leitura alternativa passam pela recusa da dicotomia entre sector público e sector privado, enquanto questão central da configuração do nosso sistema económico, e pela recusa da dicotomia entre estabilização e crescimento, enquanto questão central na orientação da política económica, em favor da afirmação da articulação entre regulação e desenvolvimento como questão central quer para a transformação de estruturas, agentes e comportamentos económicos, quer para a reorientação dos instrumentos, prioridades e objectivos da política económica.

A valorização da articulação entre regulação e desenvolvimento como eixo de interpretação e transformação da realidade económica portuguesa justifica-se pelas seguintes razões:

a) As transformações económicas estruturais não podem ser induzidas, apenas, por mudanças institucionais legais, já que elas só se consolidam, viabilizam e desenvolvem num processo de evolução qualitativa real de uma economia dotada de capacidade endógena de regulação.

Um sistema económico não é reestruturável por decreto, mas sim através de uma redefinição das relações de poder económico e de uma alteração duradoura de comportamentos, isto é, através da criação de uma nova trajectória de

desenvolvimento regularizável através de novas formas de regulação económica e social dos conflitos que caracterizam a vida económica (e a sua multitude de decisões quotidianas não coordenadas previamente).

A economia portuguesa, sujeita a importantes transformações institucionais determinadas pelo conteúdo da transição política no pós-25 de Abril, encontra-se assim numa cada vez mais evidente situação de deriva e desregulação, quer no plano interno, quer no plano das relações externas. Situação que tem sido agravada pela sistemática confusão entre «estabilização» e regulação: uma economia só é estabilizável quando possui uma trajectória definida e viável, e só o é em função dessa trajectória (construída pelos seus principais agentes numa dinâmica de conflito e cooperação viabilizada por estruturas económicas dotadas de um mínimo de coerência e articulação) e, quando tal não acontece, a busca de «equilíbrios», fora de uma lógica de desenvolvimento a prazo, assume, necessariamente, a forma de uma normalização «selvagem» produtora de uma instabilidade cada vez maior.

b) A viabilização de uma dinâmica de desenvolvimento assenta na exploração de conflitos «transformadores», isto é, de tensões, desequilíbrios ou oportunidades que favorecem a afirmação dos agentes económicos dotados de maior capacidade estratégica.

Esta viabilização pressupõe uma crescente articulação entre formas de regulação e regime de acumulação (entendido como circuito cumulativo de formação, repartição e utilização produtiva do excedente, com conteúdo definido, nos planos sectorial e regional, para as grandes funções macroeconómicas — consumo, investimento e exportação), isto é, uma progressiva transformação da própria natureza dos principais agentes e do sentido e mecanismos da intervenção estatal.

Neste sentido, a crescente polarização dos comportamentos económicos (e da própria política económica) no imediatismo do curto prazo constitui um sinal muito claro da instabilidade estrutural da economia portuguesa e da falta de correspondência entre as transformações institucionais mais relevantes (expansão das funções do Estado, por efeito do processo de democratização e da extensão da segurança social, do sistema educativo e do sistema de saúde e assistência médica respondendo a uma procura contida, durante décadas, pelo anterior regime; formação, ao lado do sector público administrativo, de um importante

sector público empresarial, produtivo e financeiro, e reforço das áreas de «gestão pública» da força de trabalho e da moeda, nomeadamente) e as transformações de ordem produtiva, tecnológica e organizacional sucessivamente adiadas por uma «lógica» de simples reprodução ou sobrevivência das estruturas económicas.

II - A REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO COMO INSTRUMENTO CENTRAL DE ANÁLISE

A repartição do rendimento, porque envolve um conjunto alargado de variáveis, configurando-se como um cruzamento de múltiplos comportamentos e decisões e como uma articulação precária entre restrições estruturais e oscilações conjunturais, constitui uma área-chave de expressão das contradições que ligam as transformações político-institucionais e as transformações económicas. A análise das suas características e tendências actuais constitui, portanto, um instrumento privilegiado para uma leitura alternativa do verdadeiro significado das transformações induzidas pelo 25 de Abril, pelas oscilações, de ritmo e sentido, do processo de transição política e pelo arrastamento de uma crise de proporções mundiais.

A evolução recente da repartição do rendimento em Portugal comporta uma série de transformações muito significativas envolvendo a repartição funcional do rendimento (melhoria significativa da parte salarial em 1974-76 e progressiva redução posterior para níveis próximos dos do início da década de 70), a formação do rendimento salarial (alargamento do salário indirecto, redução do peso relativo do salário de base no ganho total, redução das desigualdades salariais), a repartição do excedente (fortíssima subida do peso relativo dos juros no conjunto dos rendimentos do capital e da propriedade e segmentação das condições de valorização do capital), a formação do rendimento disponível (subida significativa, seguida de estabilização, das prestações sociais, numa primeira fase, e das remessas de emigrantes, numa segunda fase) e a inserção externa da economia portuguesa (degradação dos termos de troca e progressiva perda de peso do produto nacional no produto interno por efeito do crescimento do serviço da dívida externa).

Estas grandes tendências na evolução da repartição do rendimento podem ser sintetizadas através dos seguintes aspectos:

a) A Repartição Funcional e a Repartição do Excedente

A evolução da economia portuguesa revela uma tendência clara para uma compressão da parte salarial no rendimento nacional, evolução que é evidenciada pela proximidade entre os valores do início dos anos 70 e 80, apesar das significativas alterações introduzidas no processo de formação dos salários depois do 25 de Abril.

As situações no início dos anos 70 e no início dos anos 80 são, no entanto, bem diversas.

Em primeiro lugar os encargos totais com os trabalhadores assalariados distribuem-se de forma diferenciada pelas suas diferentes componentes: enquanto a parte salarial é, em 1983, ainda superior ao valor de 1970 (50,2% contra 49,9%), o peso das remunerações totais já é menor em 1983 (42,3% contra 45,2%) e, sobretudo, o peso das remunerações dos trabalhadores do «sector produtivo» (isto é, excluindo as remunerações dos funcionários públicos) reduz-se sensivelmente de 1970 para 1983 (36,0% para 31,8%) indicando uma importante melhoria das condições de valorização potencial do capital por redução do custo salarial médio por unidade produzida.

Em segundo lugar alterou-se drasticamente a repartição do excedente com o crescimento do peso relativo dos encargos financeiros em detrimento do peso dos lucros brutos.

Com efeito, o endividamento das empresas atingiu proporções que alteraram, duradouramente, o processo de repartição do excedente no sentido do debilitamento da capacidade de autofinanciamento. Só entre 1977 e 1981 os encargos financeiros viram aumentar o seu peso relativo no valor adicionado bruto de 15,8 pontos percentuais (passando de 16,1% para 31,9%).

b) A composição do Rendimento Disponível e a complexificação do Processo de Formação do Poder de Compra e Poupança

Se a repartição funcional do rendimento sofreu alterações que, sendo muito significativas do ponto de vista qualitativo, se constituem em condicionantes do desenvolvimento a prazo da economia portuguesa, a formação do rendimento disponível conheceu, também, profundas mutações.

Em primeiro lugar, o rendimento disponível, pelas condições da sua formação, tornou-se superior ao próprio rendimento interno bruto desde 1977 (em 1973 o rendimento disponível dos particulares representava 93,4% do rendimento interno bruto, para, em 1983, representar 104,7%, depois de ter alcançado um máximo, em 1981, com 106,4%).

Em segundo lugar, quer as prestações sociais, quer as remessas de emigrantes viram o seu peso relativo aumentar neste período, embora através de flutuações amplas.

As remessas de emigrantes devem ter atingido o seu valor histórico máximo (enquanto componentes do rendimento disponível) em 1979 (12,2%) já que, apesar da desvalorização do escudo, o seu peso relativo tem decaído desde então atingindo valores próximos dos do início da década de 70.

As prestações sociais sofreram um ajustamento histórico com o 25 de Abril que, multiplicou por duas vezes e meia o seu peso relativo no rendimento disponível (de $\pm 5\%$ para $\pm 12,5\%$) e por três vezes o seu peso face ao rendimento salarial (de $\pm 10\%$ para $\pm 30\%$).

Em terceiro lugar verificamos que a principal alteração na formação do rendimento disponível se situa na configuração dos rendimentos do capital e da propriedade. A título indicativo calculou-se o peso dos juros dos depósitos que se transformaram numa das principais fontes de rendimento das famílias portuguesas (passando de 3,1%, em 1973, para 19,4%, em 1983, do rendimento disponível).

Em quarto lugar regista-se uma redução sensível do peso das duas formas principais de rendimento numa sociedade como a portuguesa (predomínio claro das relações capitalistas e elevado peso dos assalariados na população activa): os salários e os lucros. Como aproximação a esta questão podemos utilizar a soma das colunas (2) e (3) do quadro 1 que, numa comparação entre 1974 e 1983, nos indica uma redução de 20,1 pontos percentuais, passando de 85,1% do rendimento disponível para, apenas, 65%.

QUADRO 1
Rendimento disponível e sua composição (1973-1983)

Ano	Rendimento disponível particulares (1)		Rendimento salarial (2)		Rendimento empresa e propriedade (3) (a)		Juros depósitos (4)		Prestações sociais e transferências correntes (liq.) (5)		Transferências privadas externas (liq.) (6)	
1973	237,1	(100.0)	111,2	(46.8)	88,1	(37.1)	7,4	(03.1)E	11,1	(04.1)	27,6	(11.6)
1974	295,2	(100.0)	151,2	(51.2)	100,2	(33.9)	10,3	(03.5) E	15,6	(05.3)	28,5	(09.7)
1975	348,0	(100.0)	197,0	(56.6)	92,2	(26.5)	14,6	(04.2)E	29,8	(08.6)	27,5	(07.0)
1976	420,9	(100.0)	237,1	(56.3)	107,3	(25.5)	17,6	(04.2)E	50,2	(11.9)	29,9	(07.1)
1977	562,0	(100.0)	267,8	(47.7)	197,9	(35.2)	29,5	(05.2)E	71,3	(12.7)	43,5	(07.7)
1978	712,8	(100.0)	319,4	(44.8)	246,0	(34.5)	55,4	(07.8)	83,7	(11.7)	68,4	(09.6)
1979	932,5	(100.0)	390,9	(41.9)	307,9	(33.0)	96,4	(10.3)	99,3	(10.6)	113,3	(12.2)
1980	1.172,9	(100.0)	502,0	(42.8)	349,6	(29.8)	136,7	(11.7)	139,7	(11.9)	141,0	(12.0)
1981	1.408,4	(100.0)	610,0	(43.3)	380,4	(27.0)	200,2	(14.2)	179,9	(12.8)	165,9	(11.8)
1982	1.747,8	(100.0)	734,8	(42.0)	470,7	(26.9)	284,5	(16.3)	218,0	(12.5)	198,1	(11.3)
1983	2.154,1	(100.0)E	869,4	(40.4)	529,2	(24.6)	417,8	(19.4)	260,5	(12.1)	237,1	(11.0)

(a) Rendimento do capital e da propriedade — juros dos depósitos; E — Estimativa (Milhões de contos)

Fonte: INE (Contas Nacionais), sistema velho 1970-76, sistema novo 1971-81; DCP (1982), OCDE (1983) (com uma estimativa de correção, para o período 1977-83, de uma sobrestimação da massa salarial, implícita no novo sistema de contas nacionais, através da utilização das variações nominais anuais sobre valores para 1977 obtidos com a preocupação de compatibilizar as duas séries — 1970-76 e 1977-81).

A redistribuição secundária, do rendimento (entendida como a que se produz na sequência da partilha primária ou fundamental entre salários e excedente) tem conduzido a duas consequências com largas repercussões no futuro:

- a alimentação de novas formas de «rentismo» (alicerçadas em processos de transferência de propriedade, em movimentos especulativos, em comportamentos de descapitalização relativa ou absoluta das empresas e na utilização das remessas de emigrantes) tornadas viáveis pela dimensão nominal atingida pelas taxas de juro: o salário médio anual de 1983 representava o juro vencido por um depósito de 1.350 contos!
- o funcionamento da banca nacionalizada como simples intermediário (em dificuldade crescente, pela política de enquadramento do crédito que lhe impõe uma rendibilidade decrescente e uma margem de juros negativa) entre um sector produtivo que aliena, sob a forma de encargos financeiros, uma parcela maioritária do excedente produzido, e dois utilizadores dessa massa de

recursos: os depositantes que recebem juros para consumo e/ou capitalização e o Estado que financia o seu défice colocando títulos no sistema bancário.

c) *O Serviço da Dívida Externa e a redução da absorção nacional do Valor Adicionado gerado internamente*

A repartição do rendimento em Portugal comporta ainda uma transformação, na sua evolução recente, que, ainda ela, constitui uma condicionante duradoura para o futuro desenvolvimento.

Trata-se do endividamento externo e da subsequente subida acelerada do serviço da dívida contraída, conduzindo a uma transferência de rendimento para o exterior: entre 1974 e 1983 o rendimento nacional perdeu face ao rendimento gerado internamente cerca de 7,7 pontos percentuais, tendo a «punção» do serviço da dívida externa absorvido, em 1982/83, cerca de metade das remessas de emigrantes.

d) *A diversidade das situações regionais e sectoriais*

As tendências da repartição do rendimento têm como característica, que de modo algum pode ser menosprezada, o facto de se repercutirem de forma bem desigual no plano sectorial e regional.

Estas desigualdades reflectem a diversidade das estruturas económicas do país mas significam, também, a produção de novas bases de segmentação da natureza dos agentes económicos e do seu comportamento.

Dois planos podem evidenciar com clareza esta realidade:

— no plano sectorial a «dialéctica» endividamento/repartição do excedente constitui um dos elementos mais importantes de segmentação das condições de valorização do capital já que tende a condensar os efeitos de dois outros factores decisivos para essa segmentação: a formação de salários e a articulação mercado interno/mercado externo no abastecimento e escoamento da produção.

Num quadro geral em que o peso da massa salarial e do lucro acumulável (o excedente de exploração reduzido dos encargos financeiros) no valor adicionado bruto tende a cair em simultâneo face à «punção» dos encargos financeiros (entre

1979 e 1982 o peso dos encargos financeiros no excedente das empresas industriais passou de 50,5% para 76%), os ramos mais atingidos são os ramos das cadeias química e metálica, isto é, os ramos produtores de bens de equipamento e produtos intermediários básicos: entre 1979 e 1982, o peso do lucro acumulável no valor acrescentado baixou de 33,2% para 2,8% nas químicas, de 28,2% para 4,5% na metalurgia e de 17,5% para 8,9% nos produtos metálicos, máquinas e material de transporte.

— no plano regional a articulação das várias formas de rendimento constitui, talvez, um dos melhores critérios para surpreender a formação de novas modalidades de diferenciação das regiões económicas.

A alteração da composição do rendimento disponível conduz a uma hierarquia Norte-Centro-Sul e, no seio do Norte e Centro, Interior-Litoral, evidenciada de forma suficientemente expressiva pelo quadro 2.

A alteração das condições de repartição do rendimento produziu, deste modo, um quadro contraditório com as «ideias-feitas» (vantagem relativa de Lisboa, do Litoral e das zonas urbanas). No entanto, este processo de redistribuição regional do rendimento, se produziu uma certa desconcentração do rendimento nacional, fê-lo numa base completamente artificial e sem condições de sustentação a prazo, já que se trata de uma redistribuição de fluxos e não de factores produtivos (de «peixes» e não de canas de pesca...).

QUADRO 2

Repartição regional do peso relativo das principais componentes do rendimento Disponível bruto (a)

(1977-1983)

	E B E			R T C O			R E			P s			J U R O S			Acréscimo global real do rendimento disponível
	1977	1979	1983	1977	1979	1983	1977	1979	1983	1977	1979	1983	1977	1979	1983	1977-83
<i>Região Norte Litoral</i>																
(Porto. Braga. V. Castelo)	(25.5)	126.6)	(24.5)	(49.8)	(43.0)	(38.9)	(8.1)	(43.0)	(10.4)	(10.1)	(8.0)	(8.5)	(4.5)	(8.7)	(17.3)	34.9
<i>Região Norte Interior</i>																
(Vila Real. Bragança)	(31.3)	88.1)	(25.1)	(28.4)	(21.8)	(19.1)	(20.9)	(27.8)	(24.7)	(10.9)	(8.3)	(8.6)	(6.2)	(11.8)	(20.2)	46.5
<i>Região Centro Litoral</i>																
(Aveiro. Coimbra. Leiria)	(30.2)	(28.3)	(25.8)	(43.2)	(37.1)	(33.3)	(10.3)	(15.2)	(13.8)	(9.3)	(7.4)	(7.9)	(4.8)	(9.7)	(17.0)	31.2
<i>Região Centro Interior</i>																
(C. Branco. Viseu. Guarda)	(28.1)	(26.7)	(24.0)	(36.7)	(28.7)	(25.4)	(16.7)	(22.8)	(20.4)	(9.8)	(7.8)	(8.1)	(5.9)	(11.3)	(19.5)	41.9
<i>Região Lisboa</i>																
(Lisboa, Santarém. Setúbal)	(22.5)	(22.2)	(20.6)	(59.5)	(54.6)	(49.7)	(2.8)	(4.7)	(4.3)	(9.7)	(8.6)	(9.2)	(3.6)	<XXI>	(14.2)	16.2
<i>Região Sul</i>																
(Beja. Évora, Port.º, Faro)	(34.1)	(33.3)	(30.7)	(43.9)	(38.1)	(34.4)	(5.3)	(8.7)	(7.9)	(10.7)	(9.2)	(9.8)	(3.9)	(8.7)	(15.2)	19.2
Continente	(26.0)	(25.7)	(23.6)	(50.9)	(44.5)	(40.2)	(6.9)	(10.5)	(9.6)	(9.9)	(8.2)	(8.8)	(4.3)	(8.8)	(15.6)	25.8

(a) Famílias (sector S80 da nomenclatura das Contas Nacionais)

EBE — Excedente bruto de exploração

RTCO — Remunerações dos trabalhadores por conta de outrem

RE — Remessas dos emigrantes

PS — Prestações sociais

Fonte: GEBE «Contas de rendimento das Famílias no Continente, Distritos e Sub-regiões» (para 77 e 79), estimativa nossa para 1983.

A progressiva desarticulação entre os processos de repartição do rendimento e acumulação de capital constitui, deste modo, uma característica central da crise económica portuguesa.

Podemos afirmar, neste quadro, que a articulação entre transição política e crise económica produziu uma desarticulação das «formas estruturais» mais relevante da regulação económica e social que prevaleceu até final dos anos 60 sem que, no entanto, tenha gerado novas formas portadoras de um novo tipo de regulação. Com efeito, se entendermos esta como um processo de criação social (e, portanto, não exclusivamente económico) de formas institucionais e mecanismos de equilibração dinâmica, a médio prazo, da produção e da procura sociais, da especialização produtiva e das estruturas de consumo, da utilização de recursos e da satisfação das necessidades, verificamos que:

a) a profunda alteração que se produziu ao nível da relação salarial não encontrou, ainda, uma correspondência suficientemente significativa, quer ao nível da transformação qualitativa do sistema produtivo e da especialização internacional, quer ao nível da transformação dos processos de trabalho e dos sistemas de investigação científica, tecnológica e de formação profissional. Gerou-se, assim, uma situação em que os avanços alcançados ao nível da relação salarial (no plano do enquadramento legal, da intervenção estatal e da organização de empresários e trabalhadores) tendem, no terreno do funcionamento das estruturas económicas, não só a não se consolidarem, como a serem, parcialmente, postos em causa.

b) As alterações ao nível do poder económico e das formas de concorrência inter-capitalista também não geraram um novo quadro de competitividade entre os diferentes segmentos do capital (público, privado e estrangeiro) capaz de promover uma circulação do capital, inter e intra-ramos de actividade com reflexos significativos na orientação dos investimentos e na formulação de verdadeiras estratégias empresariais. Ao contrário, essas alterações, gerando um sector empresarial do Estado sem lógica própria (as nacionalizações foram conduzidos para um modelo de monopólios sectoriais tutelados administrativamente) e um sector privado nacional sem viabilidade de «produção» de grupos económicos completos (isto é, sem acesso ao conjunto de instrumentos potenciadores, no plano produtivo, comercial e financeiro, de uma reciclagem sectorial do excedente de exploração), contribuíram para a implantação de uma lógica de valorização do

capital dominada pelas oportunidades de curto prazo e pelas formas de rendibilidade mais imediatas, sem qualquer alcance estratégico no plano da transformação qualitativa do sistema produtivo.

III –DAS ENCRUZILHADAS AOS DESAFIOS DEZ ANOS DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Podemos agora compreender o profundo significado da encruzilhada gerada pela articulação entre a transição política, as transformações económicas e a mutação social, dez anos depois do 25 de Abril. Encontramos, assim, a necessidades de encarar a situação actual, não como uma realidade estabilizada, mas como uma realidade em aberto, comportando múltiplos bloqueamentos e desafios que, embora não sendo enfrentáveis à luz das ideias-força do 25 de Abril, nem dos mitos, ilusões e desilusões produzidos desde então, continuam a exigir uma perspectiva nacional própria onde os vectores da democratização, do novo relacionamento externo e da participação viabilizem um processo de desenvolvimento económico que deve, agora, ser encarado como uma primeira prioridade.

Enquanto pistas para a compreensão desta encruzilhada e para a construção de uma atitude intelectual, política e cultural que permita uma intervenção positiva na transformação da sociedade portuguesa (longe, portanto, da oposição estéril entre o «pessimismo» dos que julgam possível defender «conquistas», precárias e inacabadas, através de um mero movimento de resistência, e o «realismo» dos que julgam necessário estar tudo subordinado ao movimento «disciplinador» da crise económica, e longe também das perspectivas deterministas sempre prontas a negar qualquer margem de criação histórica ou invenção social fora das «grandes tendências» gerais e abstractas) pensamos ser útil destacar as seguintes áreas de bloqueamento e desafio:

a) o processo de democratização da sociedade portuguesa comporta limites importantes que impõem quer a sua concepção como algo de inacabado, isto é, como algo que só pode ser consolidado através de um aprofundamento das transformações produzidas, quer, sobretudo, o reconhecimento das insuficiências dos principais instrumentos em que se tem apoiado.

Com efeito, o sistema partidário reflecte ainda, as principais clivagens sociais, regionais e sectoriais produzidas pelo modelo de desenvolvimento capitalista

viabilizado pelo(s) «sa-lazarimo(s)», isto é, a base social activa dos grandes partidos tende a exprimir de forma conservadora os conflitos de um modelo de economia e sociedade irreversivelmente comprometido: o sistema partidário português actual, se exprime urna ruptura política com o passado, exprime, também, uma certa continuidade económica e social que limita drasticamente o seu potencial de mudança.

Por outro lado, a administração pública e, de uma forma mais geral, o Estado e os seus diversos aparelhos permanecem, no essencial, sem mudanças significativas no seu tipo de funcionamento, gestão e estruturação, isto é, não sendo possível uma transição «pacífica» de um Estado corporativo-regressivo para um Estado democrático inserido na promoção de um desenvolvimento económico aberto a formas de participação popular, encontramos aqui uma área-chave de bloqueamento (que a interpenetração entre a administração pública e o sistema partidário tem ajudado a consolidar).

Finalmente, o regime político não se encontra, ainda, clarificado ao nível do poder político central, resultando a situação actual mais de um processo de transição inacabado por equilíbrio, precário, de «impotencias», do que de um processo onde determinado (s) projecto (s) se tenham imposto a outros. Esta situação tende a gerar, assim, quer uma canalização dos principais problemas e conflitos da sociedade portuguesa para o terreno exclusivo dos aspectos jurídico-institucionais, quer o arrastamento das tomadas de decisão e um certo inter-anulamento dos principais órgãos, quer, sobretudo, a orientação das acções de conservação do poder político para o terreno da táctica imediatista em detrimento, quase absoluto, do terreno estratégico da promoção de recomposições estruturais ao nível do poder económico e das relações sociais.

b) Os conflitos sociais, no quadro da complexa articulação entre transição política e crise económica, têm sofrido um processo de cristalização em torno dos problemas mais imediatos e menos vocacionados para promover mudanças reais no plano económico, político e social.

Com efeito, a crise tem sido vivida muito mais como adiamento do que como processo de destruição e criação, isto é, a crise económica portuguesa, tem sido sustentada pelo recurso a um vasto conjunto de mecanismos compensatórios que, no entanto, se encontram, actualmente, quase esgotados. As consequências deste percurso, que tornou bastante mais difícil o processo, inadiável, de ajustamento

estrutural da economia portuguesa, sobre o comportamento dos diferentes grupos, camadas e classes sociais tendem a gerar, para além do imediatismo e do individualismo, uma ruptura das mediações entre «destinos» colectivos e «destinos» individuais ou de grupo traduzida quer na afirmação de conflitos de saldo nulo para a sociedade, quer no enfraquecimento das formas de solidariedade, quer no agravamento das desigualdades e no reforço dos privilégios «corporativos» de raiz sócio-cultural (homem face à mulher, activo face ao reformado ou desempregado, adulto face ao jovem).

Por outro lado, as instituições representativas dos principais grupos e classes sociais no plano económico e social (associações sindicais e patronais/empresariais) tendo efectuado mudanças formais significativas não romperam, na prática, com aspectos essenciais do corporativismo que, assim, se prolongam e reforçam. Estas instituições, decisivas para a fixação de novas «regras do jogo» económico e social continuam a caracterizar-se por uma enorme dispersão e fragmentação e, sobretudo, por uma relação privilegiada com o Estado, que continua a surgir como destinatário primeiro das reivindicações e como mediador indispensável para a produção de «armistícios sociais» face à debilidade, no terreno económico, das formas de poder e contra-poder dos grandes agentes.

Neste quadro, não parece difícil compreender o (re) surgimento das tendências profundas dos «interfaces» economia-política e economia-social, isto é, as décadas de estatismo e de relações económicas ultra-administradas e os séculos de rentismo e acumulação comercial de capital.

c) A articulação das opções conjunturalistas, em matéria de política económica, com o carácter inacabado e inexperimental das principais transformações económicas gerou, ao longo destes dez anos, uma espécie de «reprodução alargada» das debilidades internas e das dependências externas da economia portuguesa.

Com efeito, as debilidades estruturais do sistema produtivo nacional agravaram-se substancialmente e tendem a interpenetrar-se no sentido comum de redução da sua capacidade de gerar e integrar ajustamentos dinâmicos nos planos tecnológico, organizacional e de especialização interna e internacional. Neste terreno, os elementos de continuidade face ao passado, exprimiram-se quer através do sector público produtivo (que, de forma desarticulada, concretizou no final dos anos 70 projectos de investimento elaborados, tardiamente, pelos grupos

financeiros privados na viragem dos anos 60 para os anos 70) quer através do comportamento do capital privado nacional pelo prolongamento da aversão ao risco, pela debilidade de iniciativa autónoma e pelo menosprezo das formas de acumulação de capital associadas ao controlo da tecnologia, à racionalização da organização do trabalho e ao controlo dos segmentos estratégicos das cadeias produtivas. Tudo isto conduziu a um reforço importante da nossa dependência/debilidade em três áreas decisivas: alimentação, energia e equipamento.

Neste quadro, o corte entre repartição e acumulação, que procuramos salientar como vector mais significativo dos desafios que a situação económica portuguesa coloca, tende a gerar estruturas financeiras insustentáveis a prazo, alimentando quer uma elevada inflação quer, sobretudo, mecanismos de ajustamentos que tendem a penalizar as duas variáveis macroeconómicas de desenvolvimento: o crescimento dos salários reais e o nível do investimento produtivo.